

## Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

### **DOCTRINA**

#### **Artigos**

#### Direito administrativo e dignidade da pessoa humana

<b>Maria Sylvia Zanella Di Pietro</b> .....	13
1    Observações iniciais.....	13
2    Conteúdo do princípio da dignidade da pessoa humana.....	14
3    Dignidade da pessoa humana: valor, princípio ou regra?.....	17
4    O papel do direito administrativo na concretização das normas constitucionais que, como princípios ou como regras, almejam o respeito à dignidade da pessoa humana.....	20
5    Dignidade da pessoa humana e políticas públicas.....	22
6    A título de conclusão.....	32

#### Sustentabilidade dos contratos administrativos

<b>Juarez Freitas</b> .....	35
1    Introdução.....	35
2    Sustentabilidade e contratações públicas.....	37
2.1    Princípio da sustentabilidade – Nova filosofia de contratações públicas.....	37
2.2    Nas contratações administrativas, o Estado tem de ser eficaz e (eco)eficiente, previdente e precavido na proteção do conjunto dos direitos fundamentais das gerações presentes e futuras, consoante métricas, indicadores e parâmetros de sustentabilidade.....	44
2.3    Licitações e Contratações Públicas – A proposta mais vantajosa é aquela, objetiva e motivadamente, alinhada com as políticas sustentáveis.....	46
2.4    Teste triplice de sustentabilidade.....	47
2.4.1    Primeira fase do teste de sustentabilidade das licitações e contratações públicas.....	47
2.4.2    Segunda fase do teste de sustentabilidade das licitações e contratações públicas.....	48
2.4.3    Terceira fase do teste de sustentabilidade das licitações e contratações públicas.....	49
2.4.4    O teste de sustentabilidade supõe controle dinâmico.....	49
Conclusões.....	52

#### O silêncio da Administração Pública

<b>Regina Maria Macedo Nery Ferrari</b> .....	55
1    Introdução – Importância do tema.....	55
2    A ideia do silêncio na Constituição Federal de 1988.....	59
3    O silêncio da Administração Pública.....	64
3.1    Ato ou fato administrativo.....	67
3.2    Efeitos possíveis do silêncio da Administração Pública.....	69
3.3    Controle jurisdicional do silêncio da Administração Pública.....	72
Referências.....	74

Derechos humanos y mecanismos de interdicción de la morosidad administrativa —  
Una nueva legitimidad

<b>Isaac Augusto Damsky</b> .....	77
1 Reflexiones iniciales.....	78
2 Algunas racionalidades del derecho de petición.....	78
3 La cuestionable técnica de la denegatoria ficta y sus incentivos negativos.....	83
3.1 Inconveniencias de trasladar a la sede judicial la exigibilidad de la obligación de resolver en sede administrativa.....	86
3.2 Aproximaciones a la crisis de la actual formulación del silencio administrativo.....	87
4 Derechos humanos y procedimiento administrativo.....	90
4.1 Internalización de los Derechos Humanos en la cotidianeidad administrativa. Superación de las dificultades.....	92
4.1.1 Quid de la aplicación al procedimiento administrativo de los estándares establecidos por la Corte Interamericana respecto a los derechos a las garantías judiciales y a la protección judicial.....	93
4.2 El derecho al plazo razonable. La obligación estatal de obrar de forma diligente.....	94
4.2.1 Estándares de valoración de la obligación estatal de expedirse dentro de plazo razonable.....	95
4.2.2 La obligación de pronunciarse y su vinculación con el derecho a la decisión motivada.....	97
4.2.3 La efectividad.....	99
5 Epílogo.....	99

Enjuiciamiento de la Discrecionalidad Administrativa

<b>Graciela Ruocco</b> .....	103
1 Introducción.....	103
2 ¿Qué es la discrecionalidad administrativa?.....	104
3 La discrecionalidad administrativa no escapa a la esencia de ser medio para un fin.....	105
4 Discrecional, es la potestad y su ejercicio, no el acto.....	107
5 Alcance y límites de la potestad discrecional.....	107
5.1 La competencia, las formas y el procedimiento como límites a la discrecionalidad.....	108
5.2 El motivo y el fin del acto como límites a la discrecionalidad.....	113
5.3 La arbitrariedad y los principios generales de derecho como límites a la discrecionalidad. La razonabilidad.....	116
5.4 Actuación adecuada. Idoneidad del medio elegido como límite a la discrecionalidad.....	119
6 La discrecionalidad y la "buena administración".....	124
7 La discrecionalidad y los conceptos jurídicos indeterminados.....	125
8 Conclusiones.....	129

A pós-modernidade e o interesse público líquido

<b>Luis Manuel Fonseca Pires</b> .....	133
Introdução.....	133
1 A pós-modernidade e o interesse público líquido.....	134
2 O interesse público sob uma razão crítica.....	138
Conclusões – O dever de motivar frente ao interesse público líquido.....	141
Referências.....	143

## La protección de los datos personales en las redes sociales

<b>Pablo Schiavi</b> .....	145	
1	Introducción.....	146
2	El impacto de la "Web 2.0" en el derecho a la protección de datos personales.....	148
2.1	La Web 2.0 – La Web de las redes sociales.....	148
2.2	Sobre el derecho a la protección de datos personales.....	151
2.3	Soluciones en la Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea.....	154
3	Las redes sociales.....	155
3.1	Origen y evolución de las redes sociales.....	155
3.2	Concepto de red social.....	156
3.3	Tipología de las redes sociales.....	158
3.4	Análisis de los aspectos más relevantes y problemática específica de las redes sociales.....	160
4	Principales riesgos de vulneración de datos personales de los usuarios de las redes sociales.....	161
4.1	La importancia del acceso seguro y de la identidad digital.....	161
4.2	Las condiciones de uso y políticas de privacidad en las redes sociales.....	162
4.3	De la política de privacidad a la política de utilización de datos – Facebook.....	163
5	La neutralidad tecnológica y las administraciones públicas.....	168
5.1	El principio de neutralidad tecnológica.....	168
5.2	La neutralidad tecnológica como nueva tecnología de identificación electrónica.....	170
6	La autorregulación como instrumento para la protección de los datos personales y de la seguridad en la redes sociales.....	171
6.1	La importancia de la autorregulación.....	171
6.2	Códigos de conducta y redes sociales.....	172
7	Conclusiones.....	174
	Referencias.....	176

## Competência pública enquanto categoria fundamental da Teoria Geral do Direito pragmático-sistêmica

<b>Janriê Rodrigues Reck</b> .....	179	
1	Considerações iniciais.....	180
2	O que é Teoria Geral do Direito?.....	180
3	Diferença entre Teoria Geral do Direito e Teoria do Direito.....	182
4	Construções propedêuticas acerca da Teoria Geral do Direito.....	187
5	Programa da Teoria Geral do Direito.....	189
6	Competência como operação fundamental observável pela TGD.....	194
7	Considerações finais.....	195
	Referências.....	196

## Possibilidade de extinção de concessão de serviço público justificada na recuperação judicial de sociedade empresária – O caso do setor elétrico brasileiro

<b>André Saddy</b> .....	199	
	Introdução.....	200
1	Concessões de serviço público.....	201
1.1	Contrato de concessão.....	204
1.2	Direitos e deveres dos usuários de serviços concedidos.....	205
1.3	Intervenção na concessão.....	207
1.4	Formas de extinção da concessão de serviço público.....	207

2	Crises e soluções variadas de sociedade empresária concessionária de serviço público.....	210
3	Recuperação judicial e concessionária de serviço público .....	214
3.1	Legitimidade de concessionária de serviço público para requerer a recuperação judicial.....	215
3.2	Recuperação judicial e caducidade.....	216
3.3	Interesse de intervir no período da recuperação judicial.....	220
4	Afastamento do regime de recuperação judicial e extrajudicial das concessionárias e permissionárias de serviços públicos de energia elétrica .....	221
	Conclusões.....	224
	Referências.....	228
<b>Controle de convencionalidade nos processos de integração – Democracia e MERCOSUL (a construção de uma tese)</b>		
	<b>Eduardo Biacchi Gomes</b> .....	231
1	Introdução.....	232
2	O controle de convencionalidade na Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	233
3	MERCOSUL e o tribunal permanente de revisão .....	237
4	Controle de convencionalidade no MERCOSUL – Um ponto para reflexão.....	241
5	Considerações finais.....	243
	Referências.....	244
<b>ÍNDICE</b> .....		247
<b>ABSTRACTS</b> .....		251
<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES</b> .....		255